

Falha da Argentina dificulta visto grátis para estudantes

Cidadãos do Mercosul têm direito a isenção de taxa; chancelaria reconhece erro

Júlia Darbush e
Mauro Mielles

BUENOS AIRES E SÃO PAULO Informações falsas, erradas ou confusas têm dificultado o acesso de brasileiros ao visto de estudante gratuito para entrar na Argentina. Sem saber que tem direito à isenção das taxas nos consulados, parte dos alunos paga por um visto temporário, que custa US\$ 550, cerca de R\$ 3,8 mil. Até a última terça-feira (27), esse erro a valor divulgado no site do Ministério das Relações Exteriores do país vizinho para estudantes do Mercosul que quisessem morar em solo argentino por mais de um ano. Mas a cobrança a alunos vai contra um acordo assinado pelo bloco em 2006 e em vigência desde 2010.

Aviada pela reportagem a pasta afirmou que a informação estava desatualizada e seria corrigida. Nesta quinta (29), a página foi retirada do ar, mas outro link continuava citando a cobrança para alunos estrangeiros que preten-

dem ficar menos de um ano (US\$ 150 ou R\$ 720), sem deixar clara a exceção para países do Mercosul.

O acordo do bloco nº 21/06, promulgado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, estabelece que portadores de passaporte de Brasil, Argentina, Paraguai ou Uruguai "serão beneficiados com vistos gratuitos quando solicitarem residência no território dos outros Estados parte", com o objetivo de estudar em instituições reconhecidas oficialmente.

O texto cita cursos de graduação, pós-graduação e secundária e concede a gratuidade também a docentes e pesquisadores.

Questionada, a chancelaria argentina reconheceu que "os nacionais de Estados parte ou associados do Mercosul podem optar por obter um visto temporário por nacionalidade" (23), ou um visto temporário de estudantes" (21).

No caso de Brasil, Uruguai e Paraguai, podem obter visto de estudante nos consulados argentinos de forma gratuita.

Essas informações, porém, não têm chegado a alunos brasileiros de maneira clara, o que fez a Embaixada do Brasil na Argentina pedir explicações às autoridades do país, após questionamentos apresentados pela Folha.

A gente conversou com a embaixada argentina no Brasil e apontou a eles o que parece ser, se não uma inconsistência, pelo menos uma falha de clareza. E eles responderam: realmente, não está claro que visto de estudante é uma categoria à parte e é de graça", afirmou o embaixador Julio Fitelli na última segunda-feira (28).

Eles disseram que vão esclarecer a informação precisa nos sites da embaixada e dos consulados argentinos", declarou Fitelli —o que até esta sexta-feira (7) ainda não havia sido feito.

Caso se constatasse que consulados argentinos estivessem cobrando por vistos de estudante de forma deliberada, o Brasil poderia fazer uma reclamação formal por

Como tirar vistos para entrar no país

VISTO TEMPORÁRIO DE ESTUDANTE

Quem pode pedir Qualquer estrangeiro, no consulado argentino em seu país.

O que permite Entrar no país para estudar por até 1 ano ou mais, a depender da categoria escolhida.

Quanto custa Grátis para cidadãos do Mercosul.

VISTO TEMPORÁRIO POR NACIONALIDADE

Quem pode pedir Nativos de países do Mercosul e associados (como Colômbia e Peru).

O que permite Entrar no país para morar, estudar e trabalhar por 2 anos, prorrogáveis.

Quanto custa US\$ 550 (R\$ 2.800) para cidadãos do Mercosul.

quebra do acordo do Mercosul. Mas não há expectativa de que isso ocorra.

Questionadas, as representações argentinas em Porto Alegre e em Salvador confirmaram que o processo é de graça —a reportagem não conseguiu contato com outras unidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

O desencontro de informações, porém, confunde estudantes como Adriano, que pediu para ter o nome alterado porque ainda está tentando regularizar sua situação no país vizinho. Ele foi ao consulado na capital paulista pedir instruções sobre o visto para estudar no país.

Em vez de ser avisado da gratuidade, recebeu um papel com uma lista de orientações para tirar o outro visto, o "temporário por nacionalidade", aquele que custa US\$ 550. Segundo ele, o consulado informou de que o visto de estudante sairia o mesmo preço, o que é incorreto.

As leis locais e acordos do Mercosul permitem que turistas do bloco entrem e fiquem na Argentina por até 90 dias, prorrogáveis por mais 90. Não se exige visto nem mesmo passaporte. Já estudantes precisam pedir visto correspondente, apresentando documentos como a cópia do programa de estudos.

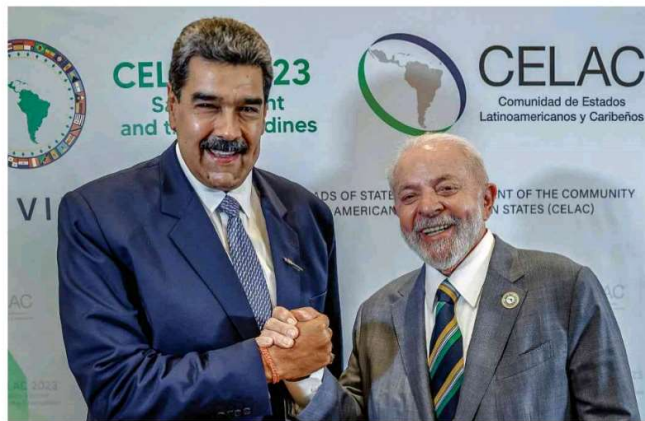
E muito comum, porém, que alunos brasileiros entrem no país como "falso turistas" e, uma vez lá, pe-

çam o direito à residência. Criou-se essa cultura porque um acordo bilateral de 2009 possibilita que brasileiros e argentinos que estejam irregularmente no outro país possam regularizar sua situação ali mesmo.

Na última semana, relatos de estudantes brasileiros sem visto barrados na imigração de aeroportos argentinos por não terem passagem de volta, por exemplo, geraram alarde e levaram à impressão de uma exigência maior por parte das autoridades vizinhas nos últimos meses, coincidindo com o início da gestão de Javier Milei.

Segundo o embaixador brasileiro Julio Fitelli, não há discriminação da gestão Milei, na prática, não se registrou uma proporção maior de pessoas impedidas de entrar. Foram apenas 18 brasileiros negados neste ano, de um total de quase 1 milhão, de acordo com dados passados pela Direção Nacional de Migração da Argentina. Outros países como Colômbia e Equador, porém, também reclamaram sobre maior rigidez.

Desde que assumiu a Presidência, Milei vem sinalizando que pretende restringir o acesso de estudantes estrangeiros a universidades públicas. Seu pacote de reformas liberais apelidado de "leíónibus", que voltou à estaca zero após falta de consenso com a oposição, pretendia cobrar mensalidade a imigrantes sem residência.



O presidente Lula cumprimenta o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, em Kingstown, no arquipélago de São Vicente e Granadinas

Em encontro com Lula, Maduro afirma que Venezuela terá eleições no 2º semestre

SÃO PAULO Em encontro bilateral nesta sexta-feira (7), o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que fará eleições em seu país no segundo semestre deste ano. Os líderes se encontraram em São Vicente e Granadinas, às margens da cúpula da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), para discutir os cenários políticos e econômicos da região.

Os comentários de Maduro sobre o pleito, ainda sem data definida, foram feitos a despeito de medidas que o regime tem tomado para enfraquecer os adversários do chavismo. No ano passado, Caracas inabilitou eleitoralmente María Corina Machado, a principal opositora do chavismo venezuelano —ela havia sido escolhida em votação primária para disputar a eleição, apesar de considerada ine-

gível por 15 anos, descarta a disputa da candidatura.

Os temores da comunidade internacional de que Caracas impeça eleições livres e democráticas cresceram em janeiro, quando Maduro acusou os acordos com a oposição sobre a disputa estavam "mortalmente feridos" após virem à tona denúncias de supostos planos para assassinar o ditador.

Os acordos eleitorais de Maduro com a oposição tinham levado os Estados Unidos a suspender temporariamente as sanções ao petróleo devido ao acordo, mas Washington começou a reimpôr as sanções em janeiro depois que a principal tribunal da Venezuela manteve o veto à candidatura de Corina.

Lula chegou a São Vicente e Granadinas na quinta (6) para participar da cúpula da Celac. No país caribenho, o presidente se reuniu com che-

fes de Estado e chanceleres das 33 nações do grupo e disse que a crise na Faixa de Gaza é uma "carnificina". O presidente brasileiro ainda propôs uma moção pelo fim imediato dos ataques de Israel ao território palestino e pediu que o secretário-geral da ONU, António Guterres, acionasse o Conselho de Segurança para tomar providências.

Já Maduro desembarcou no país por volta das 8h locais (7h de Brasília) desta sexta, no aeroporto internacional de Kingstown, acompanhado de sua esposa, Cilia Flores. Nas redes sociais logo após a chegada, o ditador disse que a Venezuela é "um país que vive a verdadeira integração regional".

A Venezuela faz parte de um mundo novo, mais humano, solidário e unido baseado na cooperação entre os povos latino-americanos e caribenhos, para tomar pos-

sível um futuro melhor", escreveu Maduro.

Na cúpula, o líder venezuelano evitou as críticas de Lula contra Israel. "Dissemos ao mundo: basta de genocídio na Faixa de Gaza", afirmou o chefe diplomático com a Venezuela, Lula defende a reintegração da nação à geopolítica mundial. Em entrevista em junho do ano passado, ao ser questionado sobre a ausência de democracia no território venezuelano, ele relativizou a noção de democracia. "O conceito de democracia é relativo para você e para mim", afirmou.

Antes de São Vicente e Granadinas, Lula esteve em Georgetown, a capital da Guiana, onde se reuniu com o presidente do país, Irfaan Ali. A região do Essequibo, que reivindica a Guiana, está marcada por disputas de terra e recursos. No ano passado, o ditador elevou a tensão com um contestado referendo que aprovou a anexação do território.

TPI nega recurso e vai investigar Caracas por violações

HAIA Juízes do Tribunal Penal Internacional (TPI), localizado na holandesa Haia, rejeitaram nesta sexta-feira (7) um recurso da Venezuela contra a decisão do tribunal de retomar suas investigações sobre abusos de direitos humanos cometidos por membros do regime.

Em julho passado, Caracas recorreu de uma decisão de retomar a investigação, argumentando que, neste caso, deveria ser acionado o princípio da complementaridade, segundo o qual o Tribunal de Haia, como a corte é conhecida, só pode intervir se um país não estiver investigando, domesticamente, esses supostos crimes.

Mas os juízes de apelação rejeitaram por unanimidade os fundamentos do recurso do regime e deram luz verde para o procurador do TPI retomar sua investigação sobre os abusos, que podem se qualificar como crimes contra a humanidade.

O regime de Nicolás Maduro acusou opositores políticos de manipular episódios para caracterizar os crimes de violações de direitos humanos, e as autoridades afirmaram que já estão investigando as alegações e que crimes em larga escala contra a humanidade não ocorreram no país em nenhum momento.

Em 2022, o procurador do TPI disse que havia base razoável para acreditar que funcionários do regime e militares haviam cometido crimes contra a humanidade na Venezuela desde 2017, ano de intensos protestos nas ruas do país e, por consequência, intensa repressão.

A Venezuela vive sob a indecisão sobre uma possível eleição presidencial a ser realizada ainda neste ano. O pleito foi acordado com Caracas, em Barbados, nas negociações entre a ditadura e a oposição que têm a Noruega como mediadora.

